

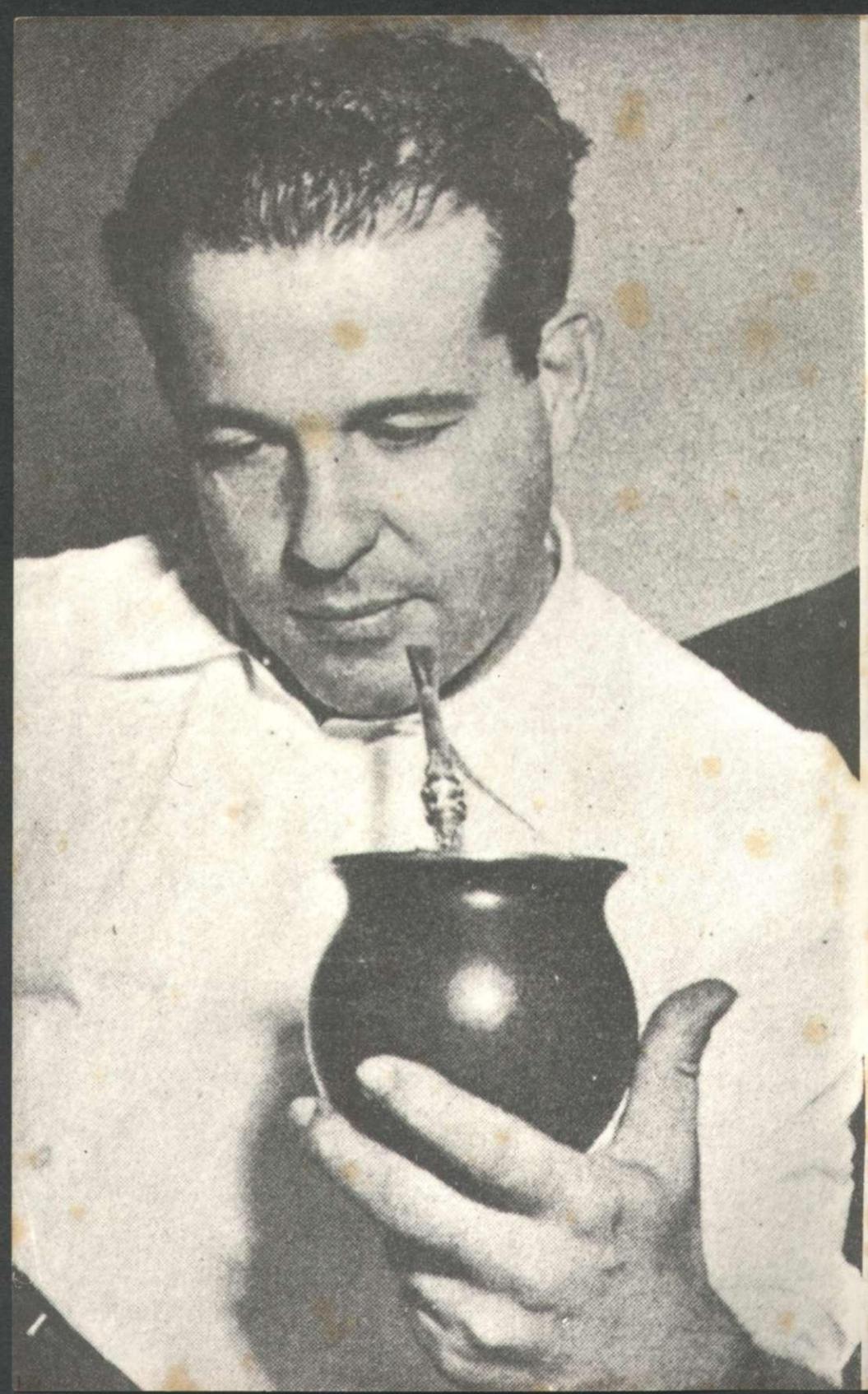
2 **CADERNOS DA**
JUVENTUDE TRABALHISTA
popular e socialista **PDT**

2445758
JANGO 244391

a luta pelas reformas de base









JANGO!
PEDIMOS CADENA
PARA OS
EXPLORADORES
DO POVO



JANGO

a luta pelas reformas de base

APRESENTAÇÃO

“Bem é que no nosso país”, disse Alice, ainda um pouco ofegante, “o mais certo seria chegar a outro lugar – depois de correr tanto como nós fizemos”.

“Um país muito lento!”, retorquiu a Rainha.

“Não, aqui, como vês, é preciso correr o mais que se pode para ficar no mesmo lugar. Se quiseres ir para outro lugar tens que correr, pelo menos, duas vezes mais depressa!”

(LEWIS CARROLL, *Alice do outro lado do espelho*)

Não foi sem sacrifício que colocamos os “Cadernos da Juventude Trabalhista” número 2 à disposição dos companheiros do PDT. Se o número 1 foi lançado por ocasião das Convenções Municipais, este nos chega já na Convenção Regional.

O número 2 prossegue com a tentativa de recuperação da história do trabalho autêntico. Agora foi a vez de João Goulart. Através dele, retomamos a história do ponto de vista dos perdedores de 64. De resto, os perdedores de sempre.

Neste Caderno reunimos uma coletânea de textos que enfocam o ex-Presidente e ainda uma carta do velho militante trabalhista, o companheiro João Carlos Guaragna. O primeiro é um documento praticamente desconhecido. Nele, Jango – como Getúlio na Carta – faz um balanço das realizações do seu Governo trabalhista e identifica aí as próprias razões da sua queda. Continuavam querendo que o povo não fosse livre.

O texto seguinte é uma reportagem muito bem colhida por ocasião do grande comício de 13 de março de 1964, quando Jango assina as reformas de base, pelo menos parte delas. Presença de público: 200 mil pessoas!

Depois, Raul Ryff faz um breve perfil de Jango, velho amigo dele, que sempre foi. É um depoimento inegavelmente respeitável e acima de tudo insuspeito.

O ex-Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, o Sr. Lincoln Gordon, nos proporciona um documento de extraordinário valor histórico. Não nega o imperialismo, não nega a distribuição de dólares aos inimigos do povo — amigos de Washington. Não nega ser a embaixada americana a maior do mundo naqueles dias de março — com os maiores efetivos e a maior quantidade de dólares. Sobretudo, não nega as denúncias feitas por Jango na sua mensagem de 24 de agosto de 1964, desde o exílio. E isto é muito importante.

Temos aqui, juntos, os dois documentos. Um, de 64, o outro, de 77.

Gordon confirma Jango e Getúlio ao mesmo tempo. É a própria Carta-Testamento às avessas; o reverso do espelho de Alice, no seu cinismo e hipocrisia.

Este depoimento do ex-Embaixador Lincoln Gordon — de leitura imprescindível — põe a descoberto a força do imperialismo num país de Terceiro Mundo como o Brasil. Deixa claro também quem é o inimigo que temos pela frente. Um inimigo que está entranhado na própria estrutura do Estado brasileiro, faz parte, inclusive, dos interesses de alguns segmentos sociais ditos nacionais, mas que nada mais são, afinal, que defensores dos mesmos interesses do Sr. Lincoln Gordon.

Jango, ousou contra essa gente, por isso teve que exilar-se. Getúlio, Allende, Jango, Perón, Guevara, Sandino, são várias fases de uma mesma história latino-americana. Mortes heróicas, seja no exílio, no próprio golpe ou ainda na guerrilha.

Jango é um deles. Uma vítima do mesmo Senhor. Já não pertence à história do Brasil, faz parte da própria história da América Latina. Ensejou e foi protagonista do período de mais ampla democracia jamais existente neste País. Talvez tenha pecado por ter sido democrata também com os conspiradores. Esses, perambulavam de consulado em consulado, de embaixada em embaixada, à procura de recursos, tanto em dinheiro, quanto em armas, para a defesa do seu patrimônio ou dos seus privilégios de classe, que a política popular do trabalho, comandado pelo Governo Goulart, ameaçava.

Não nos esqueçamos de que vivemos num país que — mesmo não sendo “muito lento”, como quer a Rainha de Lewis Carroll — tem de andar mais depressa. Duas vezes mais depressa, segundo Alice. E, hoje, andar mais depressa significa organizar o Partido, organizar os trabalhadores e assalariados, organizar o consenso dos espoliados num tal nível que possa efetivamente fazer frente contra aquelas forças que em 64 eram encarnadas por Lincoln Gordon: o grande capital monopolista e seus sócios internos.(C. F.)

MENSAGEM DE JANGO À NAÇÃO LIDA NA CÂMARA FEDERAL PELO LÍDER DO PTB

“BRASILEIROS:

Faz, hoje, dez anos que a Nação, traumatizada, assistiu ao supremo sacrifício de Getúlio Vargas. Nunca deixei de me dirigir a todos vós, neste dia, que está definitivamente incorporado à nossa História, marcando, no Brasil republicano, o instante heróico do saudoso Estadista, que empenhou a própria vida para conter as terríveis forças de obscurantismo e para que pudéssemos prosseguir na dura caminhada da libertação do nosso povo e da nossa pátria.

É, pois, a luta do povo pela liberdade e pela conquista das reformas estruturais, profundas e cristãs, da sociedade brasileira, que, mais uma vez, me conduz ao encontro dos vossos anseios e das vossas mais aflitas esperanças.

Deixo, assim, no exílio, em que me acho, o silêncio que me havia imposto, para voltar, através desta mensagem, à intimidade honrada dos vossos lares, muitos já violados, dos vossos sindicatos, oprimidos, das vossas associações, atingidas pelo ódio da reação, com uma palavra de advertência mas, sobretudo, de fé inquebrantável no destino de nosso País. Pensada nas minhas atuais longas horas de meditação, é mais uma convocação ao vosso patriotismo e às vossas energias, que nenhuma força será capaz de sufocar. Esta palavra já não parte do Presidente da República no exercício legítimo dos poderes constitucionais que o povo, em mais de uma oportunidade, livremente lhe outorgara. Não vos posso, também, dirigir-la da praça pública, onde tantas vezes nos encontramos. Dominam a Nação o arbítrio e a opressão. Mas ela vai animada, brasileiros, da mesma fidelidade aos ideais de uma democracia pela qual sempre lutei, democracia de todos e para todos, e por isso contra o sistema da mistificação tecnicamente orientada, que através de longa e insidiosa conspiração assaltou o País, e hoje o infelicita e o humilha.

A reconquista das liberdades democráticas, com a concretização das reformas institucionais autênticas, deve constituir o ponto básico e irrenunciável da nossa luta, a luta corajosa do povo brasileiro, amadurecido para um regime de justiça social e para a emancipação definitiva do Brasil.

Duas vezes preferi o sacrifício pessoal de poderes constitucionais à guerra civil e ao ensanguentamento da Nação. Duas vezes evitei a luta entre irmãos. Só Deus sabe quanto me custou, de força interior, a deliberação que me impus e pude impor a milhões de patriotas.

Em 1961, tolerei as maquinações da prepotência e consenti na limitação de poderes que a Constituição me conferia, para, depois, restaurá-los, democraticamente, pela livre e esmagadora deliberação da vontade popular. Nunca recorri à violência. Os tanques, os fuzis e as espadas, que a Nação mantém com sacrifício, jamais, historicamente, conseguiram substituir, por muito tempo, a força do Direito e da Justiça. A função altamente honrosa, que a Constituição rigorosamente lhes impõe, é a da defesa da soberania do País e de suas instituições, e nunca a tutela do pensamento do povo, para suprimir ou esmagar suas liberdades, como pretendem alguns chefes militares.

Este ano, a 1^o de abril, depois de saber que o Congresso Nacional declarara abusivamente vaga a Presidência da República, enquanto no território nacional se encontrava, notoriamente, seu titular legítimo; depois de recusar-me à renúncia, que nunca admiti, ou a aceitar a desmoralização de trair os ideais que sempre defendi — resolvi, pelo conhecimento real da situação militar, decidi não consentir no massacre do povo. Não só porque contrariava minha formação, mas porque eu sabia que o povo estava desarmado. Eu sabia que a subversão, fartamente anunciada e muito bem paga, na profusão de rádios, jornais e televisão, pela má-fé da reação e por seus interesses subalternos, era o preparo da mentira do perigo comunista, que iria constituir o ponto de partida para a concretização da quartelada, a fim de que, assim, pudessem esmagar as justas aspirações populares que meu Governo defendia.

Imaginei, inicialmente, que à sanha dos poderosos e principalmente às indisfarçadas frustrações da longa data recalcadas bastasse a violência sobre o Presidente deposto e esperei que a injustiça só sobre mim recaísse.

Mas não tardou a brutalidade da prisão e das perseguições desumanas a milhares de cidadãos. Baniram, ditatorialmente, o direito de defesa; humilharam a consciência jurídica nacional; suprimiram o poder dos Tribunais legítimos. Invadiram Universidades; queimaram bibliotecas; não respeitaram, sequer, as mesmas Igrejas, conventos, e seminários, onde antes, desfiavam as contas dos seus rosários, para conseguirem mobilizar, pela simulação dirigida, ponderáveis áreas da população, contra o suposto risco, depois comprovadamente falso, de um Governo que estaria em véspera de comunicar-se. Trabalhadores, estudantes, professores, jornalistas, profissionais liberais, artistas, homens e mulheres são presos pelo único crime da opinião política, da palavra ou das idéias. Cassam centenas de mandatos populares de Governadores de Estados, membros do Congresso Nacional, deputados às Assembléias Legislativas, prefeitos e vereadores municipais. Suspendem direitos políticos. A vingança recai sobre valorosos servidores civis e militares e atinge, também, eminentes representantes da intelectualidade brasileira. Não respeitam, inclusive, duas ilustres figuras de ex-Chefes da Nação. Porventura são trapos de papel os compromissos internacionais que assumimos, cujas regras e princípios nos obrigamos, como Nação, a respeitar, na Declaração Universal dos Direitos do Homem e na Carta Organizatória das Nações Unidas?

Pessoalmente tudo posso suportar, como parcela do meu destino na luta da emancipação do povo brasileiro. O que não posso, entretanto, é calar diante dos

sofrimentos impostos a milhares de patrícios inocentes e do esmagamento das nossas mais caras tradições republicanas.

É possível que haja cometido erros, no meu Governo. Erros da contingência humana. Mas tudo fiz para identificar-me com os sentimentos do povo e da Nação, e posso afirmar, com tranquilidade e com orgulho, que assegurei a todos os brasileiros, inclusive aos meus adversários, o exercício mais amplo das liberdades constitucionais.

Hoje lançam contra mim toda sorte de calúnias. Sei que continuarão a injuriar-me. Mas o julgamento que respeito, e que alguns temem, é o do povo brasileiro e o da sua Justiça, na dignidade de uma ordem constitucional em que o governo seja livre e legitimamente oriundo da vontade popular.

O caminho da corrupção, os poderosos o conhecem muito bem — é o da conhecida manipulação dos principais órgãos da administração financeira do País, para alimentar interesses econômicos internos ou externos, disfaçados ou ostensivos, que prosperam à custa da miséria do nosso povo. Não é, porém, o do fechamento dos lbades; não é o do combate e o da denúncia, sem tréguas, à alienação de nossas riquezas, que constituíram as características mais vivas do meu Governo e que, afinal, inspiraram o financiamento de sua deposição. A mobilização pacífica da opinião popular, nas praças e nos comícios livres, a céu aberto, para o apelo democrático da votação das Reformas, também não é — eles o sabem — o caminho hábil da conspiração. A subversão, consumada no golpe militar, não foi por nós praticada.

Deus não faltará com seu apoio à energia do povo para a reconquista de suas liberdades. Hão de ser restituídos aos seus lares — às mães aflitas, aos filhos e às esposas — os cidadãos do País hoje encarcerados ou injustiçados. Ninguém impedirá o povo de construir o desenvolvimento nacional e de dirigir seu próprio destino, o destino de um país livre, ativo, consciente de suas responsabilidades. A intervenção indébita de qualquer governo estrangeiro na vida interna, para tramar, pela traição e pelo suborno, um golpe de Estado contra as instituições, não conseguirá impedir a conquista efetiva da libertação nacional.

Tudo fiz por um governo democrático e justo, no qual se processassem, pacificamente, com a colaboração dos órgãos legislativos, conscientes do seu papel e dos seus deveres, as transformações essenciais da sociedade brasileira, quis um governo que incorporasse à família nacional, com acesso aos benefícios da civilização do nosso tempo, os milhões de patrícios humildes do campo e as áreas marginalizadas da população urbana; empenhei-me por um governo que expressasse os anseios legítimos dos trabalhadores, dos camponeses, dos estudantes, dos intelectuais, dos empresários, dos agricultores, do homem anônimo da rua, para, todos juntos, travarmos a difícil luta contra a miséria, a doença, o analfabetismo, o desemprego e a fome.

Sobre mim recaiu, então, todo o ódio dos interesses contrariados.

Esgotei, constitucionalmente, os poderes de que dispunha, vencendo etapas sucessivas, na caminhada pela nossa emancipação. Promovi o reatamento de relações diplomáticas com as nações do mundo e assumi a responsabilidade de

alargar nossos mercados, para, assim, podermos negociar com todos os povos, sem qualquer subordinação ou preconceito, no interesse único do fortalecimento da economia do País e do bem-estar do nosso povo. Executei uma política externa independente, de prestígio e respeito do nome do Brasil, nas assembléias internacionais. Condenamos o colonialismo, sob qualquer disfarce, defendendo os princípios da não-intervenção e da autodeterminação dos povos.

Nunca transigi com a dignidade do meu País o respeito à sua soberania. Hoje, representantes estrangeiros interferem, publicamente, nos assuntos internos dos Países, ou conhecidas organizações monetárias internacionais fixam, unilateralmente, condições humilhantes, em cláusulas de negociações, para ajudas ilusórias, que, internamente, agravam o sofrimento do nosso povo e, externamente, aviltam o preço dos nossos principais produtos de exportação. Impus a proibição de relações diretas entre países estrangeiros e Estados da federação, para evitar, assim, empréstimos oficiais ou auxílios governamentais externos, que pretendiam discriminações inaceitáveis e que punham em risco a unidade nacional. Hoje, leio, no exílio, nas manchetes da imprensa de todo o mundo, que autoridades estrangeiras da mais alta responsabilidade declararam a ampla colaboração que emprestaram até a governadores de Estados, para a deposição do Governo constitucional e legítimo do Brasil. E já se fala na execução de acordos que abrirão o caminho legal para a instalação, em nosso território, de importantes bases militares, sob o controle e o comando de outras nações.

Decretei, brasileiros, a regulamentação da lei de disciplina do capital estrangeiro e das remessas de lucros para o exterior, recentemente deformada, superando pressões de toda ordem, durante mais de um ano, para preservar os interesses da indústria e do capital nacionais e impedir a sangria aos frutos do trabalho do povo, que Vargas já denunciara, em sua Carta-Testamento. Decretei o monopólio da importação do petróleo e a encampação das refinarias particulares, na execução do programa de nacionalização completa da economia do petróleo e do fortalecimento da Petrobrás. Decretei a desapropriação de terras, objeto da especulação do latifúndio improdutivo. Decretei a suspensão e revogação, enfrentando terrível hostilidade dos trustes internacionais, das autorizações de exploração das riquezas minerais, que não se incorporavam ao esforço do desenvolvimento nacional. Decretei a implantação da empresa brasileira de telecomunicações, como instrumento fundamental da autonomia e da segurança do País. Lutei pela Eletrobrás, promulguei a lei que a instituiu e a pus em execução, vencendo resistência e escamotações de cartéis conhecidos, para progressivamente nacionalizar a produção e a distribuição da energia elétrica, disciplinar e uniformizar o regime de tarifa e assegurar abastecimento ao crescente consumo nacional.

Empenhei-me para superar o terrível desequilíbrio regional, que aflige a Nação, dividindo-a econômica e socialmente, e multipliquei os recursos para o Nordeste sofrido, elevando, como nunca, a taxa do crescimento de sua economia. Decretei a limitação dos aluguéis, em defesa das famílias mais modestas, do preço dos remédios, que o truste externo da indústria farmacêutica manipula criminosamente, dos tecidos, dos calçados, das matrículas escolares, dos livros di-

dáticos, impondo, rigorosamente, a obediência da legislação de economia popular, inclusive fazendo punir, na forma da lei, os exploradores do povo.

Hoje, os aumentos incontrolados do custo das utilidades indispensáveis à vida do povo atingem limites insuportáveis, com os detentores do poder insensíveis ao desemprego, que aumenta, e à fome, que se agrava, e já destrói os lares humildes da nossa terra. Promovi, por todos os meios, a campanha intensiva de educação popular para suprimir o analfabetismo em nossa Pátria, cujos índices humilhantes andam em torno de 50% da população. Estimulei os investimentos que promovessem maiores oportunidades de trabalho e melhores condições de vida para o povo: na indústria, que hoje, perigosamente, acumula estoques, se vê na contingência de limitar a capacidade produtiva de suas fábricas, e sofre a pressão competitiva de moedas fortes que ameaçam desnacionalizá-la; na lavoura e na pecuária; cujas atividades desamparam, abandonando a sorte dos seus produtos às especulações mais abusivas; no comércio, que, por conseqüência assiste à progressiva redução do giro dos negócios. Quis vencimentos dignos para todos os servidores públicos, civis e militares, para os magistrados e professores em todo o País e para as Forças Públicas dos Estados. Assegurei aos trabalhadores do campo o direito legal de organizarem seus sindicatos e defendi o salário real de todos os trabalhadores brasileiros, que deve acompanhar as elevações do custo de vida, respeitando a liberdade constitucional dos seus movimentos reivindicatórios legítimos, para não permitir a injustiça que somente sobre eles deixar recair, pela redução desumana de sua capacidade de consumo, o peso do combate à inflação, que é a enfermidade cruel das nações espoliadas e subdesenvolvidas de nosso tempo.

Bati-me pelas reformas de base, com todas as minhas forças, para que o Congresso as votasse, democrática e pacificamente. Muitas vezes pedi a colaboração de suas lideranças majoritárias, com elas me reuni, na presença dos presidentes das duas Casas Legislativas, para a tentativa de abirmos juntos, pelo atendimento dos anseios populares, novas perspectivas de paz, de desenvolvimento e de tranqüilidade social. Nada foi possível obter.

Mas, ninguém se engane, as reformas estruturais, que tudo empenei por alcançar, rigorosamente dentro do processo constitucional, nenhuma força conseguirá detê-las e nada impedirá sua inteira consecução. A reforma agrária que extinga o latifúndio nocivo e institua, no campo, uma organização do trabalho dinâmica, justa e progressista; a reforma tributária que evite recaia, predominantemente, sobre o povo, nos impostos indiretos que sustentam os orçamentos públicos, o ônus das despesas do aparelho estatal e do financiamento do desenvolvimento nacional; a reforma bancária que discipline o crédito e ponha os recursos da poupança brasileira a serviço dos interesses do fortalecimento de nossa economia; a reforma política que adote o sufrágio universal efetivo, em todos os graus, com o voto dos analfabetos e dos militares, e todo cidadão assegurado o direito de eleger e de ser eleito, sem qualquer exclusão, e que afinal impeça a corrupção, para que o poder político não seja expressão de minorias poderosas, mas da vontade de todo o povo.

Neste dia, brasileiros, longe de todos, com o pensamento voltado para a memória de Getúlio Vargas, que tombou sacrificado pelas mesmas forças que ho-

je investem contra mim, mais uma vez reflito nas permanentes verdades que o admirável estadista denunciou em sua Carta-Testamento e anima-me, como nunca, a mais inabalável confiança no futuro do meu País. Não posso concebê-lo presa da intolerância, da tirania, da ilegalidade, que são atitudes repudiadas pelos sentimentos generosos da nossa gente.

Sem ressentimentos na alma, sem ódios, que jamais cultivei, sem qualquer ambição pessoal, conclamo todos os meus patrícios, todos os verdadeiros democratas, a família brasileira enfim, para a tarefa da restauração da legalidade democrática, do poder civil e da dignidade das nossas instituições republicanas.

Queremos um Brasil livre, onde não haja lugar para qualquer espécie de regime ditatorial, com uma ordem social fundada no respeito à pessoa humana, no culto aos valores morais, espirituais e religiosos do nosso povo. Queremos um Brasil justo, progressista, capaz de assegurar confiança ao trabalho e à ação de todos os brasileiros. Queremos um Brasil fiel às origens de sua formação cristã e de sua cultura, libertado da opressão, da ignorância, da penúria, do atraso, do medo, da insegurança.

Deus guiará o povo brasileiro para os objetivos patrióticos da nossa luta.

Montevidéu, 24 de agosto de 1964.

JOÃO GOULART.

Anunciadas as Reformas de Base

O GRANDE COMÍCIO DE 13 DE MARÇO DE 64

Sexta-feira, 13, foi dia azul no calendário político de Jango.

Foi o dia das Reformas. Um dia muito azul, rajadas frescas, céu limpo sobre a Praça Cristiano Ottoni, na Central do Brasil, junto ao Ministério da Guerra.

Havia a impressão oposicionista de que o grande comício seria uma miniatura cívica. Diziam os "do outro lado" que os clarins do Governo reboariam no deserto. E que quase ninguém deveria acudir ao chamamento de Jango. Apostava-se contra o sucesso do festival das Reformas. Deveria haver barulho grosso, confusão, tiros até. Seria mesmo a sexta-feira, 13, nuvens negras empanando a nitidez da grita reformista. A boataria não deixava por menos. A boataria dirigida, teleguiada, ou simplesmente espontânea

O comício deveria começar às 17 h 30 m. Mas começou às 18 horas menos 5 minutos. Meio-dia, entretanto, já havia povo na praça.

Os reformistas chegavam em bandos alegres. 16 horas, uma multidão se formava defronte do palanque armado pelas siglas trabalhistas. Tudo bem organizado, tudo dentro do figurino. Lá estavam o CGT, a UNE, todos os sindicatos da GB, delegações operárias do Acre ao Rio Grande. Um comício federativo. O Brasil trabalhador e maduro nos espaços da Central. Dos pontos-chave da vizinhança, chegavam, em massa, os operários sindicalizados. No ar, as faixas, os dísticos, a linguagem simples da emancipação econômica. Ali estavam quase dois Maracanãs apinhados. Provavelmente mais de 200 mil pessoas. O maior comício da história da República.

MENSAGEM NACIONALISTA

O comício começou quando a noite deu presença. Sem um só incidente, dada a vigilância e eficiência do dispositivo militar de segurança. Apenas o registro de um fato mais pirotécnico que dramático. Operários da Petrobrás portavam tochas simbólicas. Vararam a multidão em fila indiana, deixando um rastro luminoso. De repente, uma das tochas incendiou uma faixa. Foi o bastante

para que todas as piras fossem lançadas ao chão, e daí um empurra-empurra logo controlado. Um susto sem grandes conseqüências.

Abriu o comício José Leles da Costa, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, que pediu "Reformas para já, Sr. Presidente". O estudante Olímpio Mendes, da UBES, orador seguinte, castigou o aumento das anuidades escolares. Pediu anistia para os sargentos e chamou Aragão de "Almirante do Povo". Em seguida, o locutor fez um anúncio que sacudiu a multidão. Eram 18 horas e 15 minutos. Naquele momento, no Palácio das Laranjeiras, Jango acabava de assinar o decreto de desapropriação da SUPRA. O Deputado Sérgio Magalhães ocupou a tribuna. Foram 15 minutos de *argumentos reformistas*. O Governador Seixas Dória (Sergipe) veio depois. Produziu discurso sentimental. Pincelou misérias nordestinas. "Em cada mil crianças dos sertões, 550 morrem de fome". Em seguida falou o Senador Artur Virgílio (PTB, Amazonas). "Se o Congresso Nacional não aprovar as Reformas, perderá a sua identidade com o povo". Às 18,50 horas falava o Deputado Sargento Garcia, e a seguir o Sr. João Pinheiro Neto, que mostrou ao povo a assinatura presidencial no decreto. Outra vez a multidão vibrou (palmas e vivas). Clodsmith Riani, do CGT, foi a voz seguinte. Falou, sem rodeios, das Reformas, "conseqüência natural de desenvolvimento econômico". Às 19 horas e 10 minutos, o locutor voltou a estremecer o povo. Desta vez, com a notícia de que Jango havia assinado outro decreto, o da encampação das refinarias particulares. Quase que a praça vai abalar. Pelo menos 5 minutos de intensa vibração popular. Na tribuna, agora, o presidente da UNE, estudante José Serra. Bradou pelas Reformas, historiou um pouco da luta nacionalista dos estudantes brasileiros. Quando o Governador Miguel Arraes apareceu na tribuna, foi um deus-nos-acuda. Palmas e hurras. Eram 19,30 horas. Arraes esquentou o comício, mas sem usar linguagem quente. Foi um expositor. Um analista nos seus 10 minutos de fala. O Deputado Hélio Ramos (PSD agressivo) foi o orador seguinte. Muito formal, com a vantagem de ser breve. Às 19,45 horas, o locutor registrou a presença do General Jair Dantas Ribeiro, Ministro da Guerra, no palanque. O aplauso foi geral, outras figuras ministeriais foram anunciadas e aplaudidas: os Ministros da Justiça, da Marinha, da Aeronáutica, da Educação, quase todo o Ministério. Lá estava o Marechal Osvaldo Ferreira Alves, presidente da Petrobrás, ampliada, agora, com o monopólio do refino. O Deputado Douzel de Andrade, líder do PTB na Câmara Federal, estava no seu dia de discurso. Eram 20 horas menos 10 minutos quando Jango chegou ao palanque. Ele e Dona Maria Tereza. Ela vestia azul-piscina, penteado alto. Ambos saudaram o povo. Foi outro momento alto de vibração popular.

Brizola foi à tribuna. Estava lá a sua brigada dos onze. Falou a sua linguagem crua. Pediu a formação de um Governo popular-nacionalista. Deu parabéns a Jango pela assinatura dos decretos da SUPRA e da encampação das refinarias. Foi bastante aplaudido. O Vice-Governador da Guanabara, Deputado Eloy Dutra, fez discurso moderado, mas sem quebra de princípios nacionalistas. Foi uma fala realista, que aplainou alguns excessos de outros oradores, abrindo caminho para o discurso presidencial. Ajustou a filosofia das Reformas ao processo democrático. O Governador Badger da Silveira, do Estado do Rio, foi incisivo. Comprometeu-se a continuar lutando pelas Reformas. Lindolfo Silva, presidente da

Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, leu páginas longas. Fois descritivo. Depois dele, o Presidente da República dominou a tribuna e encerrou o comício.

JANGO, O DONO DA PRAÇA

Dona Maria Tereza ficou ao lado do marido, na tribuna. Eram 21 horas menos 10 minutos quando Jango começou a falar. Recebeu, desde logo, o maior aplauso da noite. Não era, apenas, o Presidente, o líder das Reformas. Falou na qualidade de líder dos líderes, o aglutinador da liderança, o dono da praça. E o povo o ouvia nessa qualidade, tais eram as interrupções causadas pela seqüência dos aplausos.

Abordou a Reforma Agrária. Analisou-a. Sabia que o decreto da SUPRA era apenas o começo da Reforma. O primeiro degrau. Evidenciou a índole da iniciativa — a multiplicação de proprietários rurais, a ratificação da propriedade. O Governo não tocaria no fazendeiro produtivo, naquele que trabalhava a sua gleba. Ninguém deveria confundir fazenda produtiva com latifúndio improdutivo. A luta é contra o latifúndio, patrimônio social, sem ação social. Não é possível tolerar a existência de imensas terras incultas, rente aos grandes mercados consumidores, a serviço exclusivo da especulação imobiliária. Pois são essas terras sem proveito econômico — grandes estirões de mato virgem — que serão desapropriadas e redistribuídas a agricultores sem terra. 40 milhões de brasileiros do campo alugam glebas para produzir. Alguns, como no Rio Grande do Sul, chegam a pagar até 55% da renda do campo de aluguel de terra. Isto aumenta o preço dos produtos agrícolas, além de marginalizar os produtores. Tampouco será possível a criação de um mercado interno sem a vigência da Reforma Agrária. 40 milhões de brasileiros do campo — repete Jango — não têm poder de compra. Vivem quase nus, numa rotina de indigência social, quando sobram bens de consumo nas fábricas, no comércio. Na realidade, não há superprodução de manufaturados, e sim subconsumo, porque 40 milhões de brasileiros não têm poder aquisitivo. E isto tem reflexos negativos também na indústria, que fica sem mercado interno para a sua produção. Afeta o mercado urbano de empregos. Retarda, enfim, todos os setores do desenvolvimento.

Jango criticou o falso rótulo comunista das Reformas. Quem fez a Reforma Agrária, no Japão, foi um General americano, naturalmente anticomunista, McArthur. A reformulação agrária da Itália, do México — todas as reformas dos países ocidentais, da área democrática — foram estruturadas sob o signo da liberdade e da democracia. Todas as Encíclicas papais — sublinhou Jango — pregam as Reformas, acentuam o equilíbrio entre o capital e o trabalho. Por que, então, essa grita contra as Reformas? Então o Governo constrói estradas e açudes com dinheiro do povo, para valorizar terras improdutivas? O fim do latifúndio corresponde ao princípio de uma nova era para o agricultor. É a própria redenção do campo.

Jango defendeu também a legitimidade da encampação das refinarias. de-

dicando o decreto à memória do Presidente Getúlio Vargas, o criador da Petrobrás. E falou no seu propósito de intensificar a campanha contra os comerciantes desonestos, os tubarões que comprometem a classe. O decreto que regula o preço dos aluguéis — que assinou depois do comício — mereceu especial referência de Jango. Moradia é artigo de primeira necessidade, não pode ser objeto de especulação criminosa. O ato de morar, ter um teto, é reivindicação primária do homem. E o Governo não permitirá que se transforme o teto em instrumento de espoliação. Enfim, Jango abordou aspectos mais relevantes das Reformas de Base — a bancária, a tributária, a urbana, a administrativa, a agrária, etc. Na sua mensagem ao Congresso Nacional inseriu as Reformas de corpo interino. Pede urgência para todas. E apela para o patriotismo dos congressistas.

Eram 22 horas quando Jango deixou a tribuna. Estava visivelmente exausto. Mas havia recebido a maior consagração popular de sua carreira política.

A MENSAGEM E AS REFORMAS

São 135 laudas a mensagem presidencial que inaugura a sessão legislativa de 1964, 25 folhas, à parte, de apresentação, a título de prefácio. Vamos tentar um resumo salteado do importante documento, conservando alguns tópicos interpretativos na íntegra. Vejam este:

— “Desejo que esta mensagem ao Poder Legislativo seja, por igual, uma conclamação a todos os brasileiros lúcidos e progressistas, para que, cada vez mais unidos e determinados, nos coloquemos à altura do privilégio, que a História nos reservou, de realizar a nobre tarefa da transformação de uma sociedade arcaica em uma nação moderna, verdadeiramente democrática e livre”.

Eis outra definição presidencial:

— “Consciente das distorções verificadas ao longo do nosso processo de transformação social e da necessidade imperiosa de reformas estruturais e institucionais, assumi a responsabilidade de comandar a luta pela renovação pacífica da sociedade brasileira, como encargo primeiro e responsabilidade mais alta da investidura com que me honrou a vontade dos meus concidadãos. Optei pelo combate aos privilégios e pela iniciativa das Reformas de Base, por força das quais se realizará a substituição de estruturas e instituições inadequadas à tranqüila continuidade do nosso progresso e à instauração de uma convivência democrática plena e efetiva”.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa mereceu amplo comentário do Presidente. Leiam algumas considerações:

— “Os países em desenvolvimento, como o Brasil, basicamente exportadores de produtos primários, não mais podem assistir impassíveis ao continuado aviltamento dos preços de suas exportações, no processo residual de um sistema colonialista já ultrapassado e repellido. A política externa independente do Brasil,

na interpretação e na projeção do exclusivo interesse nacional, não poderia, conseqüentemente, deixar de prestigiar por todos os meios essa cruzada histórica, em prol da eliminação das desigualdades que violentam o próprio conceito de soberania nacional. Eis por que o governo imprime às suas relações com o exterior orientação que se caracteriza pela obediência a princípios cuja sustentação considera imperativa: não-intervenção no processo político das demais nações, autodeterminação dos povos, igualdade jurídica dos Estados, solução pacífica das controvérsias, respeito aos direitos humanos e fidelidade aos compromissos internacionais”.

LEI DE MEIOS

Outra passagem-síntese da mensagem presidencial:

— “À racionalização dos gastos públicos vêm-se opondo, porém, como óbice intransponível, os graves defeitos do nosso tradicional sistema de elaboração orçamentária. Ao negar sanção ao Orçamento de 1964, tive precisamente em vista aproveitar a oportunidade a fim de atrair a atenção de Vossas Excelências para o irrealismo da nossa Lei de Meios, que não atende aos requisitos de unidade e universalidade que lhe são próprios, em conseqüência da inadequação de seu processo de elaboração, votação e execução. Basta notar que a proposta orçamentária deste ano previa um déficit de Cr\$ 287,8 bilhões, déficit elevado, no curso da votação legislativa, para Cr\$ 631,5 bilhões, e que potencialmente ascende a Cr\$ 1,6 trilhão. O projeto sobre matéria financeira, recentemente votado pelo Congresso Nacional, constitui lei que possibilita sanar algumas falhas na sistemática da elaboração e execução do orçamento”.

REFORMA AGRÁRIA

Vai na íntegra a parte substancial deste capítulo:

— “Para atender a velhas e justas aspirações populares, tra em maré montante que ameaça conduzir o País a uma convulsão talvez sangrenta, sinto-me no grave dever de propor ao exame do Congresso Nacional um conjunto de providências a meu ver indispensáveis e já agora inadiáveis, para serem, afinal, satisfeitas as reivindicações de 40 milhões de brasileiros. Assim é que submeto à apreciação de Vossas Excelências, a quem cabe privativamente a reformulação da Constituição da República, a sugestão dos seguintes princípios básicos para a consecução da Reforma Agrária: — A ninguém é lícito manter a terra improduti va por força do direito de propriedade. Poderão ser desapropriadas, mediante pagamento em títulos públicos de valor reajustável, na forma que a lei determinar: a) todas as propriedades não exploradas; b) as parcelas não exploradas de propriedades parcialmente aproveitadas, quando excederem a metade da área total. Nos casos de desapropriações, por interesse social, será sempre ressalvado ao proprietário o direito de escolher e demarcar, como de sua propriedade de

uso lícito, área contígua com dimensão igual à explorada. O Poder Executivo, mediante programas de colonização, promoverá a desapropriação de áreas agrícolas nas condições das alíneas "a" e "b" por meio do depósito em dinheiro de 50% da média dos valores tomados por base para lançamento do imposto territorial nos últimos 5 anos, sem prejuízo de ulterior indenização em títulos, mediante processo judicial. A produção de gêneros alimentícios para o mercado interno tem prioridade sobre qualquer outro emprego da terra e é obrigatória em todas as propriedades agrícolas ou pastoris, diretamente pelo proprietário ou mediante arrendamento. I) O Poder Executivo fixará a proporção mínima da área de cultivo agrícola de produtos alimentícios para cada tipo de exploração agropecuária nas diferentes regiões do País. II) Todas as áreas destinadas a cultivo sofrerão rodízio e a quarta cultura será obrigatoriamente de gêneros alimentícios para o mercado interno, de acordo com as normas fixadas pelo Poder Executivo. O preço da terra para arrendamento, aforamento, parceria ou qualquer outra forma de locação agrícola, jamais excederá o dízimo do valor das colheitas comerciais obtidas. São prorrogados os contratos expressos ou tácitos de arrendamento, e parceria agropecuários, cujos prazos e condições serão regidos por lei especial. Para a concretização da Reforma Agrária é também imprescindível reformar o parágrafo 16 do artigo 141 e o art. 147 da Constituição Federal. Só por esse meio será possível empreender a reorganização democrática da economia brasileira, de modo que efetue a justa distribuição da propriedade, segundo o interesse de todos e com o duplo propósito de alargar as bases da Nação, estendendo-se os benefícios da propriedade a todos os seus filhos, e multiplicar o número de proprietários, com o que será melhor defendido o instituto da propriedade. Para alcançar esses altos objetivos seria recomendável, a meu ver, incorporarem-se à nossa Carta Magna os seguintes preceitos: ficam supressas, no texto do parágrafo 16 do art. 141 a palavra "prévia" e a expressão "em dinheiro". O art. 147 da Constituição Federal passa a ter a seguinte redação: "o uso da propriedade é condicionado ao bem-estar social. A União promoverá a justa distribuição da propriedade e o seu melhor aproveitamento, mediante desapropriação por interesse social, segundo os critérios que a lei estabelecer".

REFORMA ELEITORAL

Esta parte da mensagem foi sublinhada também na fala do comício. Seguímos o texto:

— 'São inadmissíveis, na composição do corpo eleitoral, discriminações contra os militares, como as praças e os sargentos, chamados ao dever essencial de defender a Pátria e assegurar a ordem constitucional, mas privados uns do elementar direito de voto, outros da elegibilidade para qualquer mandato. Outra discriminação inaceitável atinge milhões de cidadãos que, embora investidos de todas as responsabilidades civis, obrigados, portanto, a conhecer e cumprir a lei e integrados na força de trabalho com seu contingente mais numeroso, são impedidos de votar, por serem analfabetos. Considerando-se que mais de metade da população brasileira é constituída de iletrados, pode-se avaliar o peso dessa in-

justiça, que leva à conclusão irrecusável que o atual quadro de eleitores já não representa a Nação”.

Após essas considerações, Jango pede a reforma da Constituição, introduzindo as seguintes normas: “São alistáveis os brasileiros que saibam exprimir-se na língua nacional e não hajam incorrido nos casos do art. 135 da Constituição. São elegíveis os alistáveis”.

CRISTAS DA MENSAGEM

No caminho das Reformas, Jango abordou, na sua mensagem, muitos aspectos novos. Tocou na “sonegação fiscal, já transformada num dos maiores escândalos deste País”; na reforma Administrativa, “encaminhada ao Congresso na última sessão legislativa”; na Reforma Bancária, “reclamada pelas exigências do crescimento da economia nacional e como instrumento de contenção do processo inflacionário”; enfim, Jango abordou a remessa de lucros, o monopólio de importação, a defesa do patrimônio mineral, o reescalonamento da dívida externa e problemas de saneamento, educação, agricultura, abastecimento, habitação, etc.

No fecho da introdução à mensagem, Jango ocupou-se do plebiscito. O trecho é curto:

— “Permito-me sugerir a Vossas Excelências, Senhores Congressistas, se julgado necessário para a aprovação das Reformas de Base indispensáveis ao nosso desenvolvimento, a utilização de um instrumento da vida democrática, jurídico e eficaz, que torne possível salvaguardá-la mediante consulta à fonte mesma de todo poder legítimo que é a vontade popular. Assim, peço a Vossas Excelências que também estudem a conveniência de realizar-se essa consulta popular para apuração da vontade nacional, mediante o voto de todos os brasileiros maiores de 18 anos para o pronunciamento majoritário a respeito das Reformas de Base”.

MEU PRESIDENTE JANGO E A SUA MANIA DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

por RAUL RIFF (*Foi Secretário de Imprensa de João Goulart*)

No Brasil, nenhum governo assegurou aos meios de comunicação maior liberdade e maior autonomia do que o presidido por João Goulart. Evidentemente, não faltaram ao Presidente João Goulart os conselhos, as sugestões e até as graves advertências no sentido de que estabelecesse severo controle sobre certos jornais, as rádios e as televisões. Mas ele se manteve intransigente: todos os meios de comunicação deveriam permanecer livres de qualquer pressão, direta ou indireta, econômica ou política, dos poderes públicos.

Fui seu Secretário de Imprensa e posso dizer que não é ofício ameno o de Secretário de Imprensa de um Presidente voltado para o povo, decidido a defender os interesses nacionais, a realizar profundas reformas políticas e econômicas e, ao mesmo tempo, preocupado em manter contra ventos e marés, em pleno vigor, as normas essenciais da legalidade democrática. De um Presidente que respeitava todas as correntes de opinião garantindo sua livre manifestação, que governava com os jornais, as rádios e as televisões funcionando sem a menor ingerência oficial.

Claro, a confiança que em mim depositava o Presidente Goulart, a amizade que a ele me ligava, facilitava minha tarefa informativa, de tal modo que sempre me senti perfeitamente atualizado quanto aos objetivos do Governo, quer no plano político, quer no administrativo ou social. Se o Presidente Goulart não tivesse lançado no comando de um programa de reformas de base, destinadas a mudar as estruturas econômicas e sociais do Brasil, contrariando com isso arraigados e poderosos interesses, sua atitude, de um liberalismo que muitos consideravam fora de moda, pouco teria de excepcional. Afinal, quando se an-

da ao sabor das estruturas dominantes, governar pode ser navegar num mar de rosas.

Velhas raposas pessedistas não se cansavam de advertir: "Esse Jango está cutucando a onça com vara curta". A verdade é que as medidas sociais e as reformas de base que o Governo promovia ou estimulava, e algumas delas chegaram a ser concretizadas, foram gerando, como não podia deixar de acontecer, despejadas reações de parte dos grandes interesses econômicos contrariados, formando por fim uma onda incontrolável de descontentes bem situados, que logo se aliaram aos conspiradores contumazes.

Só uma relação, ainda que incompleta, das iniciativas do Governo Goulart, dos caminhos brasileiros que percorreu, permite compreender as tempestades que então se desencadearam e entender sua queda final, depois de dois anos e sete meses de existência, dos quais apenas um ano e três meses sob regime presidencialista. Essa relação mostra também o quanto era firme e sem vacilações o nacionalismo e a fidelidade democrática de Jango.

Indispensável recordar os demônios que o Presidente João Goulart foi desentocar, cada um deles com força suficiente para abalar os alicerces de qualquer governo: disciplina dos investimentos estrangeiros e da remessa de seus lucros para o Exterior; encampação das refinarias de petróleo pertencentes ao capital privado: monopólio concedido à Petrobrás para a importação de petróleo e seus derivados; novas normas disciplinares para qualquer concessão de riqueza mineral no País; desapropriação de latifúndios improdutivos; regras para o arrendamento, aforamento, parcerias ou qualquer outra forma de locação agrícola; incentivo à sindicalização rural; implantação da Eletrobrás, essa mesma Eletrobrás que Getúlio Vargas advertira que estava sendo "obstaculizada até o desespero" por interesses antinacionais; Lei de Telecomunicações, para cuja aprovação no Congresso o Governo teve que se lançar numa verdadeira batalha campal; estabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética e negociações para o estabelecimento de idênticos laços com a República Popular da China; criação do Ministério do Planejamento; controle dos preços das matérias-primas importadas e destinadas à fabricação de medicamentos no Brasil (essas matérias-primas estavam sendo importadas com sobrepreço que chegava a dois mil por cento); reforma urbana, visando proteger as populações mais necessitadas das cidades de uma especulação imobiliária cruel e desenfreada.

Para movimentar essas iniciativas e transformá-las em realidade, o Presidente João Goulart contava com apoio popular crescente, confirmado no memorável plebiscito de 1963, em que foi relegitimado como Chefe de Estado e Chefe de Governo em um regime presidencialista restaurado; 10 milhões de votos a favor e cerca de 2 milhões contra, ou seja, uma proporção de 5 a 1.

Não contava, porém, com as simpatias das multinacionais e seus protetores e protegidos, como vieram agora comprovar documentos produzidos pela CIA e o Departamento de Estado Norte-Americano. A verdade incontestável é que Jango iniciara um processo nacionalista e de intensa participação popular na vida política brasileira, processo que precisava ser interrompido, cortado, em benefi-

cio das forças antinacionais e antipopulares, o que foi feito sem poupar meios nem recursos.

Necessário lembrar sempre: o Presidente João Goulart governou o País de portas e janelas abertas, em uma vitrina, por assim dizer. Qualquer pessoa, brasileiro ou não, ou mesmo antibrasileiro, qualquer empresa, nacional ou estrangeira, que se julgasse prejudicada em seus interesses, fossem estes legítimos ou não, botava a boca no mundo, corria aos meios de comunicação convenientes, onde em geral, seus lamentos eram acolhidos de braços abertos.

Dentro desse clima tenso, de realizações e protestos, de esperanças e inquietações, foi preocupação inabalável do Presidente João Goulart assegurar, no meio da tempestade, a plena vigência das liberdades públicas, sem distinguir brasileiros por suas cores partidárias ou convicções ideológicas. Em seu governo, ninguém foi preso por motivos políticos. Não faltou, evidentemente, quem encontrasse exatamente aí a contradição insolúvel e fatal, a mesma que tinha levado Getúlio ao extremo sacrifício. Como promover reformas de profundidade, mudanças de base que vão quebrar velhos privilégios, sem amordaçar os protestos dos que a eles se opõem com todas as armas? Sem colocar algemas nos pulsos dos opositores mais audazes e sem escrúpulos?

Coerente com o que sempre pregara nas praças públicas, Jango quis conciliar no campo político grupos e interesses contraditórios, procurando manter-se no tormentoso caminho de uma evolução pacífica, ao mesmo tempo que se propunha a executar um projeto de transformações radicais. Foi um conciliador, um reformista num país em que o reformismo é apontado pelos conservadores como um inimigo a abater. Conciliar inclusive no momento da queda. Preferiu abandonar o Poder a contribuir para que fosse derramado sangue brasileiro numa luta de resultados e conseqüências imprevisíveis.

A PRESENÇA DA EMBAIXADA AMERICANA NA DEPOSIÇÃO DE JOÃO GOULART, EM ABRIL DE 1964

– UMA REVELADORA ENTREVISTA COM LINCOLN GORDON

Pergunta – *Há os que vêem no desempenho da embaixada americana no Brasil, em 1964, o início do modelo que mais tarde seria conhecido como desestabilização a ser empregado, por exemplo, no Chile. O que o senhor acha disso?*

Gordon – Fui nomeado para o Brasil originalmente por causa de meu envolvimento na Aliança para o Progresso. Em Harvard, eu havia trabalhado num projeto de pesquisa sobre o desenvolvimento econômico do Brasil, já sabia bastante a respeito do país e tinha um conhecimento razoável da língua. Por recomendação do secretário do Tesouro Douglas Dillon, o presidente Kennedy pediu-me que fosse para o Brasil e ajudasse a transformar a Aliança para o Progresso num sucesso. Entre a nomeação e minha chegada, o presidente Jânio Quadros renunciou, houve a crise de setembro de 1961, João Goulart tomou posse – embora o Ato Adicional* eliminasse grande parte de seus poderes. Comecei a trabalhar com seu gabinete, especialmente com o chanceler San Thiago Dantas e com o ministro da Fazenda Walter Moreira Salles, que eu conhecera em Washington, tentando desenvolver um bom programa de assistência bilateral.

As coisas iam bem no início. Goulart veio a Washington em abril de 1962 e teve uma série de conversas cordiais com o presidente John Kennedy, chegando a iniciar seu desejo de acabar com os problemas existentes com as empresas estrangeiras de serviço público mediante compra voluntária, a preço negociado, como, por exemplo, a AMFORP** . Naquela fase inicial, em diversas ocasiões, fui procurado por militares e civis que me diziam ser Goulart totalmente indigno de confiança, um comunista disfarçado, escondido atrás de um Ministério e políticas moderadas, que fora um erro deixá-lo voltar ao país e que a solução, então, era botá-lo para fora. Alguns queriam apenas nossa compreensão e simpatia; outros queriam nossa ajuda ativa para um golpe.

* Promulgado pelo Congresso, em 1961, após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, o Ato Adicional instituiu o sistema parlamentar de governo.

** American Foreign Power Company, comprada mais tarde no governo do Marechal Castelo Branco.

Pergunta — *E qual era sua resposta?*

Gordon — Minha resposta era simples e direta: eu dizia que nós interpretávamos diferentemente os acontecimentos e que, de qualquer forma, se eles queriam algum movimento antiGoulart, o problema era deles e nada teríamos com isso. Posteriormente, passei a pedir que nosso pessoal de inteligência verificasse se esses elementos eram realmente sérios e, como disse em meu depoimento ao Senado americano, em 1966, a conclusão era a de que se tratava de um pequeno grupo marginal, de gente sem poder e sem responsabilidade. Eles talvez corresponderem aos membros da John Birch Society*, nos Estados Unidos, e foi assim que eu os classifiquei em alguns telegramas para o Departamento de Estado. Certamente, nessa fase, longe de pensar em desestabilizar o governo, estávamos fazendo o possível para cooperar com Goulart. Na segunda metade de 1962, especialmente no período em que Francisco Brochado da Rocha (*o último chefe de gabinete aprovado pelo Congresso, no regime parlamentarista*) ascendeu a primeiro-ministro, houve alguns eventos estranhos que nos deixaram um pouco nervosos a respeito da direção que tomavam as coisas. A visita de Robert Kennedy, o irmão do presidente, a Brasília, em dezembro de 1962, foi um esforço para explicar diretamente a Goulart, pela boca de alguém obviamente muito próximo do centro do poder na Casa Branca — uma vez que não era possível a Kennedy reciprocamente a visita de Goulart —, as razões de nossas apreensões. Mas muitos acreditavam que todas as manobras então em curso visavam apenas devolver a Goulart os poderes que havia perdido na presidência com o Ato Adicional. Uma vez que conseguisse isso, pensava-se, as coisas tomariam um rumo mais razoável. Foi a versão em que preferimos acreditar. Tanto assim que o principal evento nas relações brasileiro-americanas naqueles meses foi a visita de San Thiago Dantas, então ministro da Fazenda, para negociar com David Bell, então diretor da USAID, em Washington, o que se tornou conhecido como acordo Bell-Dantas.

DEPOIS AJUDAMOS AS “ILHAS DE SANIDADE”

Pergunta — *Qual sua opinião sobre esse acordo?*

Gordon — Tratava-se de um grande programa de assistência, em três fases sucessivas. O programa dependia de algumas medidas por parte do governo brasileiro, principalmente na área da política antiinflacionária, de redução de déficits orçamentários, de crédito pelo Banco do Brasil e de política reformista do tipo pregado pela Aliança. Todos os documentos a respeito são públicos. Não os vejo há doze anos, mas, segundo me lembro, havia doze condições com as quais o governo brasileiro concordou numa troca de cartas entre San Thiago Dantas e David Bell. Isso foi no fim de abril de 1963. Pouco tempo depois Goulart dissol-

* Organização americana de extrema direita.

veu o Ministério, saíram todos, inclusive Dantas, que estava com câncer. Dantas sofria duros ataques na época, principalmente de Leonel Brizolla, e começou então a distinção entre esquerda moderada e a esquerda radical. Entre outras coisas, em virtude dos ataques de Brizolla, os compromissos assumidos por Goulart junto a Kennedy, sobre a compra negociada da AMFORP, não foram cumpridos.

A compra da AMFORP não tinha tanta importância em nossa avaliação das coisas. Num certo sentido, contudo, era simbólica para nossas relações. Pois o importante era a falta de cumprimento das condições estabelecidas no acordo Bell-Dantas. Lembro-me que passamos em revista os dez ou doze pontos e, se me lembro bem, o lado brasileiro só cumpriu um ou dois. o resto foi totalmente esquecido. O déficit orçamentário continuava enorme; a taxa de inflação aumentava. Tentei adotar uma posição compreensiva porque, afinal de contas, eu estava interessado na Aliança para o Progresso, não queria suspender a ajuda para o Brasil, se isso pudesse ser evitado. Por outro lado, comparando as promessas com as ações do governo brasileiro, percebia-se que algo precisava ser feito. A solução foi ajudar as "ilhas de sanidade administrativa". As "ilhas" eram alguns governos estaduais.

Pergunta — Segundo diversas análises, o senhor teria fortalecido, justamente, os governadores contrários a Goulart.

Gordon — Fui sempre acusado de selecionar os Estados hostis a Goulart. Carlos Lacerda (Guanabara) seria o principal exemplo, juntamente com Adhemar de Barros (São Paulo) e Magalhães Pinto (Minas Gerais). Lacerda seria o principal exemplo, já que para Adhemar não fizemos muito e Magalhães Pinto sempre reclamava amargamente que ele era desfavorecido pelos programas de ajuda. Mas havia também Aluísio Alves (Rio Grande do Norte), que tinha uma série de projetos muito próximos dos preferidos pela Aliança: construção de prédios escolares, habitação barata, nutrição, água potável, redes de esgotos, eletrificação rural. E o caso mais dramático era o de Mauro Borges, em Goiás. Lembro-me que o quase único ato oficial que desempenhei, na manhã posterior à do assassinio de Kennedy (22 de novembro de 1963), foi ir a Goiânia para assinar projetos que considerava importantes para Goiás. E Mauro Borges sempre foi considerado pró-Goulart. Ele também foi cassado, como Aluísio Alves, até agora não sei se justificadamente ou não. E havia outros governadores que ficaram esperando para ver quem ganhava e depois aderir: Lomanto Júnior, por exemplo, governador da Bahia, recebeu grande assistência. É preciso também dizer que nem todos os projetos com o governo central terminaram: o asfaltamento de algumas rodovias, a duplicação da via Dutra, programas de eletrificação e as vendas de trigo não foram suspensos. Se tivéssemos querido um programa de desestabilização, não teríamos feito isso.

NUNCA TIVEMOS UM PROGRAMA DE DESESTABILIZAÇÃO

Pergunta — *O senhor considera as críticas injustificadas, então?*

Gordon — Fomos acusados de fazer mais pela Guanabara do que por todo o nordeste, mas isso era uma completa balela, demonstrada por comunicados que emiti à imprensa. Certamente fizemos muito pela Guanabara. Havia o famoso projeto de suprimento de água potável. Como você sabe, vivíamos no Rio e sentíamos na carne o problema da falta de água. Ajudamos alguns projetos habitacionais, que foram muito mal recebidos, como o da Vila Kennedy. Eram principalmente na zona norte, longe dos empregos, mal construídos. Mas, na época, pensamos que seriam bons projetos, que estariam no espírito da Aliança. Essa noção de que as "ilhas de sanidade administrativa" eram um programa de desestabilização para ajudar os governadores desejosos de derrubar Goulart não resiste à demonstração dos fatos.

Pergunta — *E a assistência militar?*

Gordon — Era dada a pedido do governo, desde a II Guerra Mundial. O *Jornal do Brasil* publicou um memorando meu, de princípios de março de 1964, que pode dar uma idéia errada das motivações. A matéria a respeito sugere uma conexão entre o pedido de assistência militar e o golpe. A história é outra. Naquela época, havia crescentes dúvidas no Senado americano sobre as proporções dos programas de assistência militar. Algumas chegavam a se perguntar por que os latino-americanos precisavam de Forças Armadas. Havia também um teto para ajuda militar à América Latina, se não me engano de 75 milhões de dólares, dos quais pouco mais de 20 milhões iam para o Brasil — bem pouco, comparando-se com as cifras de hoje. Quando eu cheguei ao Brasil, em 1961, estava por expirar um programa quinquenal de assistência militar especial, por causa da base de observação de foguetes da ilha de Fernando de Noronha. Quando acabasse esse acordo, que era substancial, o Brasil passaria a ser um recipiente comum do programa normal e teria de lutar por sua parcela com todos os demais países latino-americanos. A carta publicada decorreu de um memorando que me foi enviado por Thomas Mann* pedindo que eu lhe enviasse uma justificação dos programas de assistência militar para o Brasil, a fim de que ele pudesse usar meus argumentos em suas discussões com os senadores. Esse programa era uma coisa comum.

PARA NÓS O MOVIMENTO ERA LEGALISTA

Pergunta — *Não havia relação entre seu pedido de maior ajuda militar e os eventos de fim de março, então?*

* Era na época subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos.

Gordon — Eu teria escrito a mesma coisa em 1962, ou 1965. Simplesmente, coincidiu que o memorando foi escrito no mês do golpe. Uma das coisas que os congressistas americanos estavam dizendo na época era que os militares latino-americanos só faziam derrubar governos constitucionais. Mas pelo menos naquela época o bom senso dizia que os militares brasileiros, contrariamente a outros países, com a gloriosa exceção do Uruguai, Chile e México, jamais sonhariam em tomar o poder. Poderiam fazê-lo temporariamente, mas apenas para pôr ordem nas coisas e depois saíam. Eles não gostavam de exercer o poder, dizia-se, e eu aceitei esse ponto de vista predominante. Fazia parte do folclore da história brasileira dizer que os militares do país eram diferentes. Eles tinham intervindo para derrubar Pedro II para instalar a República. Mas ficaram no poder? Não. Estimularam o Partido Republicano a fazer a Assembléia Constituinte, a escrever a Constituição de 1891.

Certamente os dois primeiros presidentes haviam sido marechais, mas depois veio um presidente civil. E assim por diante, em episódios sucessivos, nas décadas de 20, 30 e 40. Vargas — um civil — fora o único ditador, até então, da história brasileira. E quem restaurou a democracia? O Exército, em 1945. Na década de 50, é verdade, houve a resistência contra a posse de Kubitschek — mas ele finalmente foi empossado e os legalistas ganharam. Mesmo em 1961, os ministros militares soltaram o manifesto dizendo que Goulart não podia assumir, mas não houve esforço dos militares para tomar o poder eles próprios. As Forças Armadas simplesmente diziam que não queriam a volta de Goulart e, quando se fez um compromisso com o Ato Adicional, elas o aceitaram. Os três ministros se aposentaram pacificamente e seus sucessores eram legalistas. Havia, portanto, forte evidência de que os militares apoiavam a Constituição e regimes civis. Era o que se dizia e era em que eu acreditava.

Pergunta — *Quando foi que percebeu uma divisão dos brasileiros e decidiu apoiar um dos lados?*

Gordon — Essa convicção começou a se formar em minha mente no inverno de 1963 (*julho-agosto*) depois da dissolução do gabinete de que fazia parte San Thiago Dantas. As preocupações começaram cedo. Havia um grupo no palácio que alimentava essas preocupações. Waldir Pires, por exemplo, que sucedera o moderado Antônio Balbino, assumiu a consultoria geral da República. Darcy Ribeiro, que eu conhecera como vice-reitor da Universidade de Brasília e com excelentes idéias sobre a modernização da educação, começava a se intoxicar com o poder, como chefe da Casa Civil da Presidência. Mas, quando o gabinete mudou, Carvalho Pinto foi colocado no lugar de San Thiago Dantas como um símbolo de moderação. Em certo sentido, ele era. Eu o conhecia bem. Naquele período, havia grande movimento em favor do repúdio da dívida externa e eu

trabalhei intensamente com Carvalho Pinto para conseguir que os europeus concordassem com um reescalonamento. Por sinal Thomas Skidmore conta essa história em seu livro (*"Brasil: de Getúlio a Castello"*) com 180 graus de erro. Em virtude de minha recomendação, o governo americano era favorável a uma re-composição das dívidas e nós convencemos os europeus a cooperarem. Isso era o contrário da desestabilização.

Pergunta — *Que achava de Goulart?*

Gordon — Ele gostava do poder e de manipulá-lo. Nos últimos dois meses, ninguém poderia vê-lo na televisão, especialmente no comício de 13 de março, sem sentir que a esquerda radical, inclusive comunistas e pró-comunistas, tinha finalmente conseguido dominá-lo. Mas, até janeiro de 1964, eu ainda achava que havia possibilidades de manter as coisas na linha. Por volta de novembro ou dezembro de 1963 eu estava convencido de que, se pudesse, Goulart tentaria imitar o modelo de Getúlio Vargas. Havia muita coisa para fortalecer essa convicção: conversas com ele, com gente próxima a ele, as coisas que ele fazia, suas nomeações, os conselhos que estava recebendo, suas relações com o Congresso, as reações de jornalistas, editorialistas e dos deputados davam uma boa base para isso.

No início de 1964, almocei com o ex-presidente Juscelino Kubitschek, que me disse algo interessantíssimo. Ante de ele passar o poder a Quadros, Goulart o procurara diversas vezes para dizer: "Juscelino, você é muito popular. Por que quer esse louco no governo? Dê o golpe, presidente". Juscelino era um democrata e constitucionalista, e eu podia acreditar nele, nessa questão. Diante dessas evidências, ficou claro para mim que Vargas e Perón eram os grandes heróis de Goulart. Não era preciso muita imaginação para concluir que ele queria assumir maiores poderes ainda, mas até janeiro de 1964 eu achava que, se os militares e o Congresso agissem sensatamente, nada iria acontecer, ele não conseguiria ser ditador. Achávamos que se fosse haver alguma crise, ela seria deflagrada por uma tentativa de fechar o Congresso ou intervir num Estado, Guanabara, São Paulo ou em ambos.

AS POSSIBILIDADE DE CRISE ERAM 50—50

Pergunta — *O senhor acha que Goulart tinha tomado uma decisão a respeito?*

Gordon — No período de Natal, meu filho e uma vizinha de Massachusetts que nos visitavam sugeriram uma viagem pelo país. Como a Rio—Bahia acabava de ser asfaltada, resolvemos subir até Salvador. Fomos parados em Governador Valadares pelas autoridades locais, que nos reconheceram e insistiram em que visitássemos a cidade. O mesmo aconteceu em duas outras cidades, mais para cima. Por coincidência, os prefeitos eram de três partidos diferentes: UDN, PTB e

PSD. E todos perguntaram a mesma coisa: "O senhor pode explicar que loucuras estão acontecendo no Rio e em Brasília? Por que não nos deixam viver em paz?" Fiquei impressionado pelo que vi e ouvi, e com a impressão de que, fora da atmosfera superaquecida e artificial do Rio e de Brasília, o país estava muito menos disposto aos programas de rádio de Brizolla. Voltei para consultas a Washington e disse no Departamento de Estado que as possibilidades de uma crise eram 50-50. Se se conseguisse superar a situação econômica, as negociações de crédito, se assessores moderados conseguissem impressionar Goulart, poderíamos chegar às eleições presidenciais de outubro de 1965 — Juscelino ganharia essas eleições. Lacerda provavelmente concorreria contra ele, mas seria derrotado. Essa era minha previsão.

SÃO PAULO ESTAVA CHEIO DE DINHEIRO

Pergunta — Qual era sua linha de ação enquanto ainda tinha esperança de uma saída normal para os acontecimentos?

Gordon — Estava preocupado com a possibilidade de os temas em discussão deixarem de ser domésticos — reforma agrária, reformas de base, expropriação de refinarias de petróleo de donos brasileiros, questões constitucionais — para ser internacionais, isto é, passarem a ser temas antiamericanos, como Brizolla tentou fazer com a questão da AMFORP, estimulando uma discussão sobre o imperialismo americano. Esforcei-me para evitar isso, pois, se houvesse uma crise constitucional no Brasil, seria muito importante que os temas fossem internos e não internacionais, para não despertar um nacionalismo irracional. Eu também achava importante para o bem-estar econômico do Brasil que essas questões de dívida internacional fossem tratadas de forma ordenada e não resolvidas com uma moratória unilateral, como vinha sendo proposto publicamente. Com isso em mente, tentamos evitar que essas coisas se tornassem sérias. A partir do momento em que se tornou claro — não apenas para um grupinho de radicais direitistas, militares ou civis, mas também para gente como Castello Branco e muitos constitucionalistas, como Milton Campos ou Adauto Lúcio Cardoso, a gente que depois demonstrou grandes diferenças com o regime militar — que, se Goulart fosse mantido na presidência, ele repetiria o exemplo de Vargas ou Perón, creio que nós também fomos muito influenciados. Honestamente, creio que, mesmo que tivéssemos exercido todo nosso peso para evitar o golpe, não teríamos sido bem-sucedidos.

Pergunta — Há quem diga que, apesar de sua aparência de explosão espontânea, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi inspirada pela embaixada. É verdade?

Gordon — Não estava em São Paulo na época. Não gostaria de dizer que não houve qualquer apoio e simpatia de nossa parte, mas a iniciativa foi 100% ou pelo menos 98%, brasileira. Conheço alguns de seus organizadores, muitos são meus amigos, e o IPES (*Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, de orientação Contrária a Goulart*) desempenhou um papel importante em sua preparação. Mas não precisavam de nosso dinheiro. São Paulo estava cheio de dinheiro e, além disso, a Marcha não foi cara.

Pergunta — *A CPI que investigou as atividades do IPES e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) mencionou diversos milhões de dólares para financiar eventos anteriores.*

Gordon — Se formos discutir as eleições de 1962, não vou querer negar a presença de dinheiro de origem americana. Quanto a 1964, não vou dizer que não tenha havido 1 ou 2 dólares americanos. Mas não me lembro de nada substancial e certamente isso seria improvável. A organização foi totalmente brasileira.

Pergunta — *Como é que se decidiu dar dinheiro para as forças antiGoulart?*

Gordon — Que diabo, isso era mais ou menos um hábito, naquele período. Naquelas eleições, muita gente estava atrás de dinheiro. Ficavam pedindo a todos que conseguissem abordar. Certamente estavam atrás dos empresários americanos, de todos os funcionários americanos de quem conseguissem chegar perto. Portanto, a idéia de ter essa caixinha para despesas políticas apareceu e se desenvolveu, como ficou claro em outros casos, como no Chile. A CIA estava acostumada a ter fundos políticos. Tudo começou na Itália, em 1948, quando dinheiro americano ajudou o fortalecimento da democracia cristã. Em retrospecto, creio que não foi boa política.

Pergunta — *Quanto dinheiro americano foi gasto na campanha de 1962?*

Gordon — Faz muito tempo, não tenho a ajuda de documentos para me lembrar. Sei que os pedidos eram muito maiores do que o que se atendia. Certamente foi muito mais de 1 milhão de dólares, e eu não ficaria surpreso se tivesse chegado a 5 milhões de dólares. Mas não era uma importância enorme, não eram dezenas de milhões de dólares. Havia um teto por candidato.

Pergunta — *Quão generalizada era a prática?*

Gordon — Os pedidos eram insistentes e vinham de todos os lados.

Pergunta — *Eles vinham diretamente ao senhor?*

Gordon — Não, eu não tinha nada a ver com isso, diretamente. Eles falavam com os cônsules, com os homens de negócios americanos, gente que eles sabiam ter contato com a embaixada.

Pergunta — *Eram os mesmos que o senhor classificou serem da John Birch Society?*

Gordon — Não, não. Muito mais amplo que isso, todos os tipos de gente. Muitos eram do PSD, UDN e mesmo petebistas. Se você vir a lista do pessoal apoiado pelo IBAD perceberá que a definição de “democrata” era muito ampla . . .

Pergunta — *Como foi tomada a decisão de apoiar os adversários de Goulart?*

Gordon — Quando chegou a crise de 1964, tínhamos simpatia pelo lado antiGoulart e não esperávamos que o regime do grupo que apoiamos na época iria se transformar num regime militar autoritário por um longo período. Tanto por razões internas quanto externas, achávamos que o grupo era moderado e democrático, e muito mais pró-americano em suas relações externas do que seria o grupo em que Goulart se apoiaria para dar seu golpe — isto é, se Goulart tivesse conseguido se tornar um ditador nacional com forte apoio militar. Não podemos nos esquecer da atmosfera de guerra fria em que essas decisões foram tomadas. Mas essas idéias não nasceram em minha cabeça, sem base na realidade. Se olharmos os correligionários de Goulart, os pró-comunistas, encontraremos confirmações para tudo isso.

NÃO POSSO NEGAR QUE HAVIA DINHEIRO AMERICANO

Pergunta — *Mas havia uma diferença entre a linha oficial e a real, não?*

Gordon — Não se esqueça de que o Brasil estava cheio de empresas parte americanas e parte brasileiras. Nesses casos, se uma empresa decidisse apoiar um candidato, seria difícil saber de qual lado o dinheiro vinha. Além disso, pelo que todo mundo sabe dos métodos de operação da CIA, eles sempre usam companhias reais e algumas companhias fantasmas para canalizar suas operações. É possível que eu não soubesse de todos os pormenores, embora tivesse conhecimento da natureza geral da operação. É difícil saber, catorze anos mais tarde, quem fez o quê. Mas não tentarei negar que havia dinheiro americano. Se você analisar bem, não era muito por congressista. Basicamente, era dinheiro para comprar horários de rádio, para impressão de cartazes, esse tipo de coisa. E pode estar certo de que havia muito mais pedidos que os que foram atendidos.

Pergunta — *Havia uma coordenação das atividades das companhias pela embaixada?*

Gordon — Não. Oficialmente, nossa posição era a de que as companhias não deviam se meter na política interna.

Pergunta — *Segundo o senador Frank Church, da Comissão de Relações Exteriores do Senado, a grande embaixada americana no Brasil, a maior do mundo no seu período, justificava a impressão de que havia envolvimento americano em tudo?*

Gordon — Acho que as conclusões do senador Church foram ridículas. Sei que, quando saí em 1966, havia um número quase igual de brasileiros e americanos trabalhando em todos os organismos do governo americano representados pela embaixada: CIA, militares, USAID, Departamento de Estado, além de uns poucos funcionários do Departamento do Comércio e do Tesouro. Mais ou menos 2.500, dos quais a metade era de brasileiros e os demais americanos. Certamente precisamos de tradutores, secretárias, havia os centros culturais para ensino de inglês. Se se pegarem as cifras e compará-las com a população do país, ver-se-á que o número não era exagerado. Havia também que considerar as proporções geográficas do país. Tínhamos oito consulados por causa disso, pois, além de duas capitais (Brasília e Rio) havia capitais regionais, como Recife ou Porto Alegre.

NOSSO APOIO NÃO SERIA APENAS MORAL

Pergunta — *Havia gente da CIA?*

Gordon — Certamente muito mais do que necessário, na opinião do embaixador John Tuthill, que me sucedeu e que diminuiu seu número substancialmente. Mas o grupo realmente grande demais era o dos militares, trabalhando em programas de treinamento. Mas, como você sabe, por definição, os militares sempre têm mão-de-obra excessiva nos tempos de paz. Afinal, são como uma unidade de bombeiros quando não há incêndio. Mas isso faz parte do emprego. Os bombeiros ficam esperando o incêndio e os militares ficam esperando a guerra.

Pergunta — *Não é qualquer embaixador que solicita tantos recursos a Washington e os recebe, para manter tanto pessoal. Como o senhor conseguiu ter a maior embaixada americana do mundo?*

Gordon — Quando eu cheguei já havia muita gente. Faziam assistência técnica, que é atividade que sempre requer muito pessoal. Chegamos até a eliminar

gente para evitar dispersão de esforços em pequenos projetos. Mas a Aliança, naturalmente, era um programa para desenvolver o Brasil — e era necessário muita mão-de-obra para fazê-lo.

Pergunta — *O senhor não acha que havia muito mais em jogo em 1964 do que em 1962?*

Gordon — Em 1962 havia eleições para o Congresso e muitos candidatos pedindo dinheiro em todos os cantos em que pudessem consegui-lo. Alguns pareciam estar conseguindo dinheiro em fontes esquerdistas, dizia-se que indiretamente da embaixada soviética, por meio dos cubanos. E muitos outros entraram em contato conosco na embaixada e certamente nas empresas de que participavam capitais americanos e brasileiros, também pedindo. Em 1964 foi diferente. Um dos telegramas da tarde de 31 de março indica que um paulista veio me visitar, para pedir apoio público, e, como eu disse numa conversa por teletipo em

19 de abril — ele estava falando em nome de Adhemar de Barros e da comunidade paulista —, não considerei o pedido nem sério nem responsável. Essa foi nossa atitude, quando recebíamos solicitações.;

Veza após outra dizíamos que esse era um problema brasileiro. Mas certamente nos primeiros dias de 1964 já havíamos parado de dizer isso. Quando veio o pedido de petróleo, no início de março, nossa atitude foi diferente. Tínhamos pensado nessa contingência: um país dividido geograficamente. O precedente era a Revolução Constitucionalista de 1932 e o fato de que São Paulo tinha deixado à míngua graças ao bloqueio do porto de Santos. O mesmo parecia ter acontecido em 1961. Havia conversa de divisão das Forças Armadas e de guerra civil se Goulart fosse autorizado a voltar ao país. Desta forma, eu estava preocupado com a possibilidade de uma longa guerra civil, um equilíbrio das forças militares opostas, e achava que a Petrobrás era tanto sensível quanto perigosa, na medida em que seu presidente, o general vermelho Osvino Alves, era considerado um dos generais mais esquerdistas.

A Petrobrás estava nas mãos de conhecidos membros do Partido Comunista ou, pelo menos, de esquerdistas. Temíamos que alguma refinaria em área que ficasse de nosso lado fosse sabotada. Daí veio a idéia de algum apoio logístico. Quando um emissário das forças anti-Goulart, Alberto Biggton (*um americano-brasileiro da cidade paulista de Americana*), foi mandado para Washington em março, confirmou nossos temores. Assim, antes de voltar para o Brasil, no dia 21, solicitou-nos um plano de emergência a respeito. É por isso que, quando mandei meu telegrama, de 27 de março, os quatro navios-tanques se puseram imediatamente a caminho. Quanto ao "Forrestal", a presença de um enorme porta-aviões é impressionante. Ele foi acrescentado ao panorama por pensarmos que, se tivéssemos de reconhecer a legitimidade das forças anti-Goulart elas pediriam nossa ajuda e nós a proporcionaríamos.

Pergunta — Apoio moral?

Gordon — Não apenas moral. Daríamos apoio logístico, suprimentos, munições, petróleo. O petróleo era o mais crítico porque sem ele o movimento poderia ser interrompido em uns poucos dias. Era bom estarmos preparados, portanto. E, quando pensei que havia pelo menos 8.000 quilômetros de distância e que mesmo um navio rápido levaria dez dias para chegar, achei que devia colocá-los em movimento imediatamente. Depois de verificarmos que havia a possibilidade de guerra civil, mandei um telegrama, que ainda não foi liberado, em que recomendei a organização de suprimentos logísticos. Navios-tanques, aviões de transporte, deveriam começar a se deslocar e, de acordo com o desenrolar dos acontecimentos, haveria muito tempo para mandá-los de volta, se não fossem necessários. É claro que tínhamos uma história preparada para disfarçar tudo, se isso fosse descoberto: os tanques iam para Montevidéu, a força-tarefa estaria engajada em manobra e assim por diante. É surpreendente que, exceto pelo episódio mencionado na entrevista de VEJA, em 1971, ninguém tenha sabido de nada.

ATÉ 1964 ACHAVA QUE TUDO FICARIA NA LINHA

Pergunta — *Ocorreu, alguma vez, a idéia de que os Estados Unidos pudessem se opor ao movimento de 1964?*

Gordon — Diversas vezes me perguntei o que teria acontecido se tivéssemos feito o contrário, isto é, se nós nos tivéssemos oposto a esse golpe contra Goulart. Suponhamos que tentássemos impedi-lo. O que poderíamos ter feito? Um teste muito interessante dessa questão foi feito na Argentina, no período em que eu era secretário-assistente de Estado, quando Arturo Illía era o presidente da Argentina. Lembro-me de que fiz uma visita oficial a Buenos Aires em março de 1966, para uma reunião do CIES, ficando hospedado com o embaixador Martín. Os jornais só falavam no golpe que ia vir. Martín deu umas duas recepções e nelas também se comentava o assunto abertamente. Nós éramos contra o golpe e expusemos a posição claramente — tanto Martín quanto eu, e até mesmo o senador Jacob Javits, que estava de passagem por Buenos Aires. Nada disso fez qualquer efeito. Dois meses mais tarde o Exército argentino tomou a Casa Rosada, Illía foi levado pela porta dos fundos e nós ficamos frustrados.

Supondo-se que tivéssemos empreendido uma ação tanto pública quanto secreta para evitar o golpe no Brasil, que eu tivesse chamado Carlos Lacerda, Adhemar de Barros e até Castello Branco, e lhes tivesse dito que Washington era contra qualquer golpe, que teria acontecido? Que teriam eles me respondido se eu lhes tivesse dito que o Departamento de Estado achava que, se quisessem se livrar de Goulart, o único meio constitucional seria processo legal do impeachment? Olhando em retrospecto, como disse uma vez em 1966 num depoimento ao Senado, o movimento original de resistência a Goulart era uma conspiração

defensiva, com objetivos constitucionais, ao qual não nos podíamos opor porque, na essência, era legalista. Teriam eles me ouvido em fins de março de 1964? Duvido muito.

ACHO QUE CASTELLO QUERIA RESTAURAR A DEMOCRACIA

Pergunta — *O senhor acha que a liberação de outros documentos trará outras surpresas para o entendimento da situação brasileira de 1964?*

Gordon — Não sei. Já falamos sobre as eleições de 1962. Não creio que haja nada terrivelmente surpreendente no que acabo de dizer. Quanto a 1964, não creio, mas sobre o período subsequente devo dizer que desejo ver a publicação de alguns documentos. Entre eles minha reação ao Ato Institucional 2, quando escrevi um longo telegrama relatando minha conversa com Castello Branco. Há outras coisas. Quando voltei para a Universidade John Hopkins, um grupo de estudantes radicais me azucrinava com uma eterna pergunta: “É verdade que o senhor levou John McCoy para visitar Castello Branco e avisou o presidente de que, se ele não desse todas as concessões de mineração de ferro para a Hanna, a assistência ao Brasil seria eliminada?” Realmente, eu levei McCoy a Castello e a Hanna foi discutida. Mas Castello disse apenas que a questão deveria ser negociada com Mauro Thibau, que era ministro das Minas, de acordo com certos princípios que ele, Castello, delineara. Mas Castello estava mais interessado em McCoy como uma grande personalidade pública dos Estados Unidos. Ele tinha sido o alto comissário na Alemanha, secretário-assistente da Guerra, tinha negociado com os russos no fim da crise dos foguetes, e Castello estava curioso para saber detalhes de tudo isso. Gostaria de ver esses documentos publicados para provar que tenho dito a verdade.

Pergunta — *O Senhor faria tudo de novo se pudesse?*

Gordon — É difícil dizer. . .

Pergunta — *Que mudaria?*

Gordon — Depende das coisas que mudassem em meu conhecimento. Talvez devesse ter esperado que Goulart saísse do país para enviar a mensagem do presidente Lyndon Johnson ao presidente Ranieri Mazzilli reconhecendo a nova situação brasileira. Mas, se tivesse esperado dois dias, não teria havido qualquer diferença. Teria sido uma formalidade.

Pergunta — *Mas, além das formalidades, há coisas mais importantes. Por exemplo, a questão do dinheiro para as eleições. Afinal, não se considera que a função de embaixadores seja financiar eleições do país onde atua, não?*

Gordon — Ah, sim. Uma das coisas que aprendi foi que não deveria ter permitido que se gastasse dinheiro do governo americano naquela eleição. Mas não creio que o dinheiro americano tenha feito qualquer diferença para seu resultado.

Pergunta — *Em retrospecto, considera correta a atitude adotada?*

Gordon — Muitos acham que nós deveríamos ter dito: “Vocês estão totalmente errados”. Outros dizem que Goulart era o presidente constitucional e que nós deveríamos tê-lo alertado. Ou ter avisado suas forças de segurança quando éramos contatados pelos conspiradores. Certamente pode se argumentar isso. Mas, naquelas alturas, eu já não tinha confiança em Goulart para fazê-lo, para conspirar contra os conspiradores, por assim dizer. Isso porque, na minha opinião, eram os conspiradores que tentavam preservar a Constituição.

Pergunta — *E depois de março?*

Gordon — Eu pensei seriamente em deixar o Brasil depois do Ato Institucional 1, em abril. Tentei calcular o que teria acontecido. Suponha que nós tivéssemos adotado uma linha bastante fria, depois do primeiro ato institucional, de 8 ou 9 de abril. Não teríamos rompido as relações diplomáticas, mas poderíamos ter agido como no Peru, em 1962, quando fechamos a missão da USAID e mandamos todos os funcionários de volta. Eu poderia ter renunciado ao cargo de embaixador ou ter passado um longo período de consultas em Washington, numa atitude de solene distância. Poderíamos, enfim, ter reduzido os contatos com o governo brasileiro ao mínimo absoluto. Mas, se tivéssemos feito tudo isso, quais teriam sido os efeitos sobre o Brasil? Isso teria resultado em política mais liberal que a que Castello Branco tentava executar? Quais teriam sido os resultados sobre a situação econômica? Sobre a situação interna geral? Sobre o povo brasileiro?

Tudo isso é altamente especulativo. Como é que se pode saber? Parece-me que se pode dizer com certeza que tal distanciamento de nossa parte não teria acelerado a democratização do Brasil — coisa que parecia estar acontecendo, de qualquer forma. Podem-se ter noções diferentes sobre as metas reais de Castello Branco, mas parece-me que ele realmente queria restaurar a Constituição. Certamente haveria algumas diferenças na organização partidária, mas tudo seria conseguido até o fim de seu mandato. Castello certamente achava que qualquer sucessor, que não fosse Costa e Silva, teria feito isso mais eficazmente. Mas, evidentemente, ele perdeu a batalha. Muitos, indubitavelmente, dirão que tudo não passou de uma farsa, que Castello realmente jamais quis restaurar a democracia. Não acho que essa interpretação seja correta.

NO CONJUNTO, AS DECISÕES FORAM CORRETAS

Pergunta — *O senhor acredita, então, que apoiar o governo Castello era apoiar as forças mais democráticas?*

Gordon — Bem, eu fui ingênuo sobre a situação em 1964 e pode ser que continue ingênuo até hoje. Mas a verdade é que montamos um programa de emergência de 50 milhões de dólares de assistência econômica, que havia sobra-

do do orçamento. Eu vim para Washington e consegui esse dinheiro em pouco mais de uma semana. Na volta, comentei que 50 milhões de dólares numa semana seria o máximo que iria conseguir em toda a minha vida. Organizamos um programa de 150 milhões de dólares, por três anos, com condições estritas. Conseguimos interessar o Banco Mundial em reabrir suas portas. Naquela época, o Brasil tinha reservas negativas. Não tivesse sido essa nossa atitude, creio que teria havido uma grande crise econômica, pois a ausência de assistência americana teria significado cortar substancialmente as importações, e os alicerces para o que mais tarde veio a ser conhecido como milagre econômico não teria existido.

Evidentemente, foram necessários de dois a três anos para ver os primeiros resultados. Na ausência desse programa de assistência teria havido um regime mais liberal? Acho que, em vez de linha dura, teria havido uma linha duríssima. Em vez de regime militar brando, teria tido um regime muito mais repressivo, muito mais autoritário. As condições de vida não teriam melhorado tanto quanto melhoraram. E é possível que tudo isso tivesse sido seguido por uma contra-revolução. Mas não sei. Continuar o exercício seria especular demais e, certamente, não teria sido bom para as reclamações brasileiro-americanas. No conjunto, portanto, embora tenha sido um processo penoso, nossas decisões parecem ter sido corretas.

VEJA, 9 DE MARÇO, 1977

CARTA DO COMPANHEIRO GUARAGNA

Sr. Editor dos "Cadernos da Juventude Trabalhista" do PDT

Prezado Senhor:

A imagem que deve permanecer do ex-Presidente João Goulart não é, evidentemente, aquela que dele fazem os radicais que só enxergam os fatos pelo ângulo bitolado da paixão e da parcialidade.

A história, tenho certeza, expurgará de suas páginas, os conceitos facciosos, mesmo porque, ainda ao tempo em que os "conspiradores" de 64 armavam o cenário para o golpe de estado, já faziam justiça a João Goulart. Como aconteceu com o Sr. Júlio de Mesquita Filho, então diretor do "Estado de São Paulo", o mais ativo dos conspiradores que, em novembro de 1963, esteve nos Estados Unidos para alertá-lo sobre a "iminente ditadura comunista" que sob a inspiração de João Goulart, estaria sendo articulada no Brasil, com o apoio da Rússia, e viu-se na contingência de confessar que no Brasil havia liberdade de imprensa. (O Estado de São Paulo – 19/11/1963):

– "É um paradoxo termos ao mesmo tempo um governo favorável à revolução bolchevique e liberdade de imprensa. Todos os dias digo o que penso do governo, inclusive a crença de que Goulart não deve permanecer na Presidência porque passou além da lei."

Como foi também o caso da declaração do general Machado Lopes, feita em seu livro "o III Exército na Crise da Renúncia de Jânio Quadros", que afirmou não ser João Goulart comunista:

– "João Goulart não era um comunista – disse ele –. Era um homem simples e bom, que se deixava influenciar facilmente pelos que o cercavam, e sempre voltado para sua querência."

Penso que os "Cadernos da Juventude Trabalhista do PDT" devem mostrar às novas gerações quem realmente foi o ex-Presidente João Goulart. Daí a razão desta correspondência simples, muito porque, em seu primeiro número, ocorreu a divulgação de uma matéria polêmica, na parte relacionada com o ex-Presidente, e com a qual tenderam me envolver, muito embora os autores dessa frustrada tentativa conhecessem muito bem o meu passado, pelo fato de ter eu fornecido as fotografias que ilustravam a referida matéria. Matéria essa que, saliente-se, eu desconhecia ao fornecer o material citado. Furneci as fotografias, como já havia cedido farto material para o escritor Moniz Bandeira que estava redigindo o seu livro sobre o próprio João Goulart, e como, da mesma maneira tive a oportunidade de colaborar com o nosso companheiro que editou o livro "Brizola: Esperança de um Povo".

Não estou tentando montar a defesa do ex-Presidente. Os próprios conspiradores da época já o fizeram, como no caso de Júlio de Mesquita Filho e do general Machado Lopes e como eu também fiz em 1974, durante a campanha política, quando o ex-Presidente havia sido rudemente atacado pelo então candidato a suplente de senador pela ARENA, João Braga Gastal.

Naquela oportunidade, revoltado com aquelas acusações, lançadas através da televisão, elaborei uma resposta que foi lida também pela TV por D. Mila Cauduro, na época candidata à Câmara dos Deputados.

Neste trabalho — o único em defesa de João Goulart — tive a oportunidade de declarar que o ex-Presidente quando chegou ao poder em 1961, tinha pleno conhecimento da grave situação que o país atravessava. Uma situação calamitosa, vinda de governos anteriores não pertencentes ao Partido Trabalhista, ao qual se achava filiado. E foi desta maneira, precisamente, que ele externou seu pensamento a respeito, na entrevista que concedeu à revista "Manchete", de 30 de novembro de 1963:

— Assumi o poder com a consciência de que iria enfrentar uma crise econômica, social e política que, a continuar insolúvel, levaria certamente o país à desordem e a subversão. Tratava-se, como ainda se trata, de uma crise que afeta toda a estrutura nacional: crise na estrutura agrícola, crise no Estado, crise social e crise política. O desenvolvimento estava ameaçado de estrangulamento."

Disse ainda — naquele trabalho — que, apesar do tempo decorrido ainda surgiam pessoas que procuravam, com suas observações facciosas e parciais, atribuir

a João Goulart e ao ex-PTB, todas as crises ocorridas no Brasil depois do suicídio de Getúlio Vargas, esquecendo, entretanto, tais elementos que, no Brasil, na época de João Goulart havia liberdade de imprensa, que os sindicatos elegiam livremente seus representantes, que os estudantes não eram amordaçados, que não havia pena de morte, que não existiam os famigerados esquadrões da morte (e nem os atuais DOI-CODI), que não existia censura aos órgãos de divulgações, que as eleições eram diretas e que não existia medo, o medo e o pavor que ainda se observa na face de muitos brasileiros.

Nunca é demais repetir que, quando João Goulart chegou ao poder, a crise já existia. Ele procurou uma solução para os problemas. E esta solução chegaria através das projetadas e debatidas reformas de base, aplaudidas pelo povo, mas condenadas pela reação. Pediu, então, o aval do povo para realizá-las, e o povo em massa, no já célebre comício do dia 13 de março, sexta-feira, o autorizou a procedê-las.

Neste momento a reação tremeu. Percebeu que o povo estava com o seu Presidente, e todos recordam o que aconteceu 17 dias depois . . .

As novas gerações devem saber que a inflação, quase ao final do governo de João Goulart, se aproximava dos 90% e os "conspiradores" espalhavam a notícia de que quando ela chegasse aos 100%, viria o caos . . .

Hoje ela ultrapassou os 120%, e nada aconteceu . . . Nos anos do governo Goulart os responsáveis eram os comunistas, os incapazes, os despreparados . . . E hoje, como deverão, os culpados, ser classificados?

As novas gerações devem tomar conhecimento da violenta participação dos Estados Unidos na desestabilização do governo de João Goulart, amplamente divulgada através dos documentos liberados pelo próprio governo americano, e que se encontravam na Biblioteca Lindon Johnson, da Universidade do Texas.

Phyllis R. Parker em seu livro: "1964 — o papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de março", diz textualmente que o governo americano procurou aumentar as dificuldades do governo de João Goulart "através de apoio aos elementos nacionais que se opunham a Goulart" e que "as atividades dos Estados Unidos abrangeram desde manipulações e sanções econômicas e políticas até apoio militar para a destituição do Presidente brasileiro".

O próprio embaixador Lincoln Gordon afirmou que o governo americano, só no ano de 1962, gastou de 1 a 5 milhões de dólares. Dinheiro esse — que era entregue a todos que se declarassem anticomunistas e promettessem derrubar o então Presidente João Goulart.

Trouxeram um padre chamado Patrick Payton que inventou as marchas por Deus e pela liberdade, e um marinheiro (? !) de codinome "Cabo Anselmo" para provocar a subversão na marinha . . . O padre, depois do estrondoso fracasso aqui em Porto Alegre, recolheu-se a sua paróquia americana, e o Cabo Anselmo . . . sumiu. Desapareceu do cenário tão misteriosamente como havia surgido . . . Agente da CIA, foi o que se comprovou anos depois.

Mas, tudo isso, para formular um pedido, o real motivo desta carta: vamos dar a palavra ao próprio ex-Presidente. Deixemos que ele mesmo expresse os seus sentimentos através de um manifesto que ele redigiu em 24 de agosto de 1964,* distanciado apenas 123 dias do golpe que o afastou da Presidência, à qual havia atingido através do voto soberano, livre e secreto do povo brasileiro, para mágoa dos últimos cinco generais-presidentes, dos quais não se pode afirmar o mesmo.

Com os meus agradecimentos,

J. C. Guaragna

(*) Por razões editoriais está publicado no início do Caderno.

ÍNDICE

Apresentação	5
Mensagem de Jango	9
13 de março de 1964: o comício dos 200 mil	17
Raul Ryff fala de Jango	25
Depoimento de um imperialista: Lincoln Gordon	29
Carta do companheiro Guaragna	47